

Mudança no 2º turno fica difícil

Ulysses exigirá 280 votos e vetará alteração profunda na Carta

RITANARDELLI
Da Editoria de Política

Quem quiser suprimir, no segundo turno de votação, qualquer parte do texto aprovado pelo plenário da Constituinte no primeiro turno terá que reunir 280 votos. Este é o entendimento "à primeira vista" do presidente da Constituinte deputado Ulysses Guimarães. Ele disse que a impressão que tem é a de que no segundo turno não cabe o destaque para votação em separado (DVS) — que exigiria, se admitido, 280 votos para a manutenção do que já foi aprovado. Para o Centrão, que pretende retirar da carta vários dispositivos aprovados pela esquerda, a aceitação do DVS pela Mesa "seria ótima", segundo o deputado Paes Landim (PFL-PI).

Ulysses disse que estudará mais profundamente a questão. Mas em princípio acha que "quem quiser suprimir deve ter os 280 votos, porque não se trata mais da votação do projeto H".

— Quem quiser tirar, que arranje 280 votos, porque quem pôs teve os 280 votos — afirmou o presidente da Constituinte a representantes de entidades em defesa da reforma agrária, que o visitaram no início da tarde.

O presidente da Assembleia disse também que não pretende admitir a supressão de um capítulo inteiro. Enfatizando que ainda estava examinando a matéria, e que portanto não havia tomado nenhuma decisão, Ulysses afirmou que as emendas su-

pressivas poderão incidir sobre artigos, parágrafos, alíneas, incisos e até mesmo expressões ou palavras, desde que não adquiram um caráter modificativo:

— Um exemplo: se o texto diz "não é permitido", não se pode suprimir a palavra "não", pois o que resultaria seria "é permitido" — explicou.

Ulysses previu que hoje ou até o início da próxima semana deverá estar concluída a votação das disposições transitórias. Explicou aos seus interlocutores que o relator, na fase do segundo turno de votação, tem um prazo de sete dias para apresentar a redação de tudo o que foi votado. Mas informou que já pediu ao relator que não use os sete dias, e que isto deverá ser feito porque Bernardo Cabral tem lhe mandado a redação "na medida em que vamos votando".

Os representantes das entidades em defesa da reforma agrária, entre eles o presidente da Contag, José Francisco da Silva, foram pedir a Ulysses uma orientação sobre a questão das emendas supressivas, e o apoio para a supressão de dispositivo que discrimina trabalhadores rurais, ao prever que alguns direitos atribuídos aos urbanos somente serão estendidos aos do campo através de lei ordinária.

Ulysses afirmou que o texto aprovado até agora, na parte relativa aos trabalhadores é progressista, mas observou que alguma coisa pode ter "discrepado desta linha".

JULIO ALCANTARA



Até Ulysses, rodeado por líderes partidários, reconheceu a desorganização da pauta de votação

Sessão confusa inviabiliza votações

Muita confusão e pouca decisão. Estas foram as características da sessão de ontem, quando quase nada foi votado. Nas três primeiras horas de sessão, o plenário aprovou uma única proposta: a que concede um prazo de até dez anos para a distribuição dos recursos relativos ao orçamento fiscal e das estatais entre as regiões macroeconômicas, em razão proporcional à população.

Duas outras emendas importantes em pauta chegaram a ser encaminhadas, mas tiveram sua apreciação adiada por sugestão do próprio presidente Ulysses Guimarães, tal a confusão reinante no plenário. "Está muito desordenado isso hoje. Estamos numa fase atípica de votações", desabafou Ulysses.

As 17h15m o líder do PFL, deputado José Lourenço, pediu o adiamento da sessão por 24 horas para que se chegasse a um en-

tendimento sobre a questão da anistia fiscal. O deputado Ziza Valadares (PMDB-MG) foi ao microfone de apertes para avisar ao plenário e às galerias, lotadas de microempresários, que já havia acordo sobre a anistia e que ela seria votada ainda ontem. José Lourenço contraditou Ziza Valadares, negando que houvesse acordo, e a sessão continuou em clima de expectativa e desentendimento.

Uma das propostas que teve sua votação adiada é uma fusão de emendas encabeçada pelo deputado José Serra (PMDB-SP) que estabelece o prazo de seis meses a partir da promulgação da Constituição para que os poderes executivos tracem os planos que regularão a transferência de responsabilidades, competências e encargos da União para os estados e dos estados para os municípios.

— A descentralização vai acontecer de qualquer maneira no Brasil. O que queremos fazer é que isto seja feito de forma ordenada — defendeu José Serra.

Os deputados Octávio Elisio (PMDB-MG) e Hermes Zanetti (PMDB-RS) atacaram a proposta, argumentando que a tarefa de descentralização dos poderes não deveria ficar sob a competência exclusiva do Executivo. "Esta proposta representa a imposição sobre nós de decisões tomadas pelo Executivo. É um desrespeito ao Congresso Nacional", disse Octávio Elisio.

A outra proposta que teve sua votação adiada, assinada pelos senadores Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e João Castello (PDS-MA), dispensava os juros e multas sobre os débitos de estados e municípios para com a União, decorrentes de tributos e contribuições previdenciá-

rias. O dispositivo também estendia a dispensa às entidades sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública até a data de promulgação da Constituição.

Ninguém inscreveu-se para defender a emenda, e o deputado José Genoíno (PT-SP) foi ao microfone de apertes pedir o adiamento da votação. "Essa é uma emenda muito grave, que não pode ser mantida sem encaminhamentos. Esta emenda é um escândalo!", disse Genoíno, que teve seu apelo imediatamente acolhido pelo presidente Ulysses Guimarães.

O deputado Jesus Tajra (PFL-PI) tentou aprovar uma emenda que reduzia em 50 por cento as alíquotas dos impostos federais cobrados no Estado do Piauí, por 25 anos, "prorrogáveis por lei". "Queremos dar a oportunidade para o Piauí crescer.

Manaus ganha 25 anos

O plenário da Constituinte resolveu manter por mais 25 anos a Zona Franca de Manaus, que continuará com suas características de área livre de comércio de exportação e importação e de incentivos fiscais. A matéria, aprovada por 394 parlamentares foi a voto por meio de fusão, após semanas de ininterruptas reuniões. Antes de se transformar em texto de entendimento a Zona Franca corria o risco de perder suas características de zona de livre comércio, em função de um DVS do deputado Paulo Delgado propondo a ques-

tionamento. O petista foi convencido a retirar seu destaque devido às pressões recebidas por parte dos trabalhadores de Manaus.

Fez parte da fusão aprovada o artigo nº 32, onde ficou estabelecido que "o poder público destinará recursos e desenvolverá esforços, com a mobilização de todos os setores organizados da sociedade brasileira, para, no prazo máximo de dez anos, eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental". Por ser matéria de resultado de fusão, não houve encaminhamentos das tribunas.

Centrão acerta o que pretende cortar

Turno ininterrupto de seis horas, licença paternidade, greve, imprescritibilidade dos direitos do trabalhador rural, voto aos 16 anos, questão mineral, questão urbana e empréstimo compulsório. Estes são os oito pontos aprovados no primeiro turno da Constituinte que o Centrão pretende suprimir ou alterar durante a apreciação do projeto constitucional no segundo turno de votação.

A decisão foi tomada na noite de terça-feira durante uma reunião de duas horas, entre alguns dos coordenadores do grupo suprapartidário. Participaram do encontro os deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE), José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), Eraldo Tinoco (PFL-BA) e Luis Eduardo (PFL-BA). Essas oito questões foram consideradas priori-

tárias no esforço para mudar a Carta, mas outros dispositivos podem ser acrescentados à lista.

O grupo defende a supressão do turno ininterrupto de seis horas do texto constitucional. Acreditam seus coordenadores ser preferível que o turno de seis horas seja matéria de legislação ordinária, pois alguns setores da economia, como a siderurgia, sofreriam com a implantação de medida. "Na lei, pode-se definir em quais áreas da economia é necessário o turno de seis horas", disse o deputado Ricardo Izar (PFL-SP), também integrante do Centrão.

Em relação à licença paternidade, os coordenadores do grupo entendem ser necessário simplesmente suprimir o dispositivo da Constituição. Quanto à greve, o Centrão deseja

que permaneça no texto constitucional a expressão "é garantido o direito à greve". A matéria seria regulamentada em legislação ordinária. Izar ponderou que os centristas compreendem a necessidade do direito de greve do trabalhador, "mas não o poder de greve. A greve é instrumento para reivindicações trabalhistas ou classistas".

DIREITOS

O Centrão quer revogar dispositivo que prevê a imprescritibilidade dos direitos dos trabalhadores rurais, igualando-os aos trabalhadores urbanos, que têm esse direito por cinco anos após a ocorrência do fato gerador do problema. Sobre o voto aos 16 anos, os coordenadores centristas foram unânimes em sustentar a necessidade de supressão do artigo.

A definição de empresa

nacional, apesar de não ser a que desejavam as lideranças do Centrão, é considerada aceitável. No entanto, eles pretendem suprimir o parágrafo primeiro desse dispositivo, que trata da criação de joint-ventures e consórcios, e inviabiliza, pela sua redação, alianças como a que foi feita entre o Brasil e Paraguai para a construção da hidrelétrica de Itaipu, segundo Ricardo Izar.

Ainda no capítulo da Ordem Econômica, os centristas desejam outras alterações. Pretendem estabelecer que a pesquisa e lavra mineral fiquem restritas a empresas nacionais, independentemente da origem de seu capital. Izar argumentou que essa posição foi tomada, porque o grupo compreende como empresa brasileira toda aquela instalada no Brasil e regida pelas leis brasileiras.